



PROJETO DE LEI Nº DE 2024.
(Da Sra. Missionária Michele Collins)

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, a fim de incluir objetivos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, com a finalidade de incluir objetivos.

Art. 2º Acresce o artigo 1º-A à Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º-A. As parcelas dos recursos de operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores deverão atender aos seguintes objetivos:

I – aumentar as chances de trabalho e a produção de renda por meio da reativação, criação, ampliação ou modernização de negócios, formais e informais, individuais e coletivos, por intermédio da concessão de crédito;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Missionária Michele Collins - PP/PE

Apresentação: 25/09/2024 14:21:14,910 - MESA

PL n.3695/2024

II- facilitar a aquisição de bens de consumo pela população de baixa renda;

III – gerar fontes de renda que sejam seguras e consistentes, e que objetivem melhorar a qualidade de vida da população, propiciando sustentação às famílias de empreendedores, particularmente as de baixa renda;

IV – melhorar a capacitação e a qualificação de microempreendedores e da população de baixa renda, de maneira a aperfeiçoar suas aptidões e assegurar acesso à modernização tecnológica que lhes proporcionem no mercado maior produtividade e competitividade;

V – disponibilizar apoio quanto à melhoria na comercialização dos produtos e serviços oferecidos pelos microempreendedores; e

VI – facilitar a participação de pequenos negócios, formais e informais, em feiras de exposições e espaços congêneres que viabilizem a realização de suas atividades.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

JUSTIFICATIVA

A proposta que ora encaminho a esta Casa Legislativa tem por finalidade incluir objetivos na Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. Ressalte-se que a iniciativa vai ao encontro do disposto no art. 150, § 6º, da Constituição da República Federativa do Brasil.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Missionária Michele Collins - PP/PE

Busca-se, com a proposição em tela, referenciar o uso do crédito para facilitar a aquisição de bens de consumo; o aumento das oportunidades de trabalho e produção de renda por meio da reativação, criação, ampliação ou modernização de negócios; propiciar capacitação e a qualificação de empreendedores e gestores de pequenos negócios; viabilizar a participação de pequenos negócios, formais e informais, em feiras de exposições e espaços congêneres, dentre outras finalidades.

Portanto, é o oportuno que este Poder aprove a presente proposta, especialmente pela importância da norma quanto à concessão de financiamentos, de maneira facilitada, a essas pessoas, o que certamente contribuirá com a inclusão social e produtiva no Brasil.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres Pares desta Casa Legislativa a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 2024.

Missionária Michele Collins
Deputada Federal (PP/PE)

